

**HABEAS CORPUS Nº 493.430 - SP (2019/0042719-2)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : AUREO TUPINAMBA DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO  
**ADVOGADO** : AUREO TUPINAMBA DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO -  
SP311063  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANTONIO COUTINHO DA SILVA JUNIOR (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ANTONIO COUTINHO DA SILVA JUNIOR no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2222501-03.2018.8.26.0000).

Colhe-se dos autos que, em 7/10/2018, o paciente foi preso em flagrante, prisão posteriormente convertida em preventiva, pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Segundo consta da denúncia, o paciente (e-STJ fl. 15):

*[...] trazia consigo, para fins de traficância, 01 (um) tijolo de Cannabis Sativae, vulgarmente conhecida como maconha, pesando, aproximadamente, [930g (novecentos e trinta) gramas], bem como tinha em depósito, com a mesma finalidade, 03 (três) porções da mesma droga, pesando cerca de [60g (sessenta) gramas], substância entorpecente que causa dependência física e psíquica, conforme laudo de constatação a fls. 10, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.*

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* na origem, sendo a ordem denegada em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 23):

*HABEAS-CORPUS - Tráfico de drogas - Liberdade provisória - Indeferimento - Crime grave, equiparado a hediondo. Medidas cautelares alternativas. Impossibilidade. Insuficiência para a manutenção da ordem pública ORDEM DENEGADA.*

No presente *writ*, afirma o impetrante que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, ao argumento de que a decisão que decretou a segregação cautelar estaria amparada em fundamentação genérica.

Sustenta, nesse sentido, que *"a quantidade de droga é pouca, o paciente é primário e não foi ventilado qualquer envolvimento dele com o crime organizado. Sendo assim, ainda que o paciente seja condenado, o crime de tráfico poderá ser desclassificado para tráfico privilegiado, o qual prevê até a suspensão da pena"* (e-STJ fl. 5).

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque destacou o Juízo singular, na decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, que *"é evidente que a grande quantidade de entorpecente encontrada, supõe a evidenciar ser o averiguado portador de personalidade dotada de acentuada periculosidade, além de trazer indícios de seu envolvimento no crime organizado, a afastar, em cognição sumária, o privilégio legal. Além disso, não exerce atividade lícita comprovada, nem trouxe prova de residência fixa, de modo que a chance de fuga é relevante"* (e-STJ fl. 12).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela

Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

